



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE COMPRAS - DCOMP/CLC/CGAD/DLOG/PF

Processo nº 08200.004476/2026-12

**POLÍCIA FEDERAL**  
**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 01/2026**

(Processo Administrativo nº 08200.004476/2026-12)

Torna-se público que a **POLÍCIA FEDERAL**, por meio da **COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**, sediada no **Edifício Multibrasil Corporate Setor Comercial Norte Q. 4 - Asa Norte, Brasília – DF, CEP 70714-000**, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do [art. 75, II](#), nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021](#), e demais normas aplicáveis.

**Data da Sessão Pública: 29/05/2026**

**Hora Inicial: 09:00 horas**

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de **aquisição de 6 (seis) unidades de Maletas de Proteção Balística de nível de proteção IIIA, conforme NIJ 0101.08 ou NIJ 0101.06**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA**

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por

terceiros não autorizados.

## 2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação:

2.2.1. aquele que não atenda às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da dispensa;

2.2.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.2.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.2.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

2.2.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.4. O impedimento de que trata o item 2.2.6 aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

2.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.2.4 e 2.2.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da dispensa ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.7. O disposto nos itens 2.2.4 e 2.2.5 não impede a dispensa ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.8. Em dispensas e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. A vedação de que trata o item 2.4, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## 3. D O INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E DO CADASTRAMENTO DA

## PROPOSTA INICIAL

- 3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.
- 3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- 3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 3.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- 3.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 3.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição; e
- 3.9.6. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 3.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.11. O fornecedor deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.
- 3.12. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá

declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.13.1. *Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.*

3.13.1.1. *Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta.*

3.13.2. *O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.*

3.13.3. *O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.*

#### 4. DA FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$10,00 (dez reais)**.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

#### 5. DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o gestor poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

*5.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.*

5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o gestor verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e nos itens 3.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1. Sicaf;

5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.5. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa fornecedora.

5.6. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa fornecedora, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

5.7. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.7.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.7.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

5.7.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.8. Caso o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o gestor verificará se o fornecedor faz jus ao benefício aplicado.

*5.8.1. Caso o fornecedor não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.*

5.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.10.1. contiver vícios insanáveis;

5.10.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso ou em seus anexos;

5.10.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.10.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.10.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus anexos, desde que

insanável.

5.11. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que:

5.11.1. *for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.*

5.11.2. *apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.*

5.12. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a executabilidade da proposta.

5.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

5.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.15. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.16. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **6. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.4. Na hipótese de o vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



6.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SicaF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de **2 (duas)** horas, sob pena de inabilitação.

6.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.9. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.12. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.12.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **7. DA CONTRATAÇÃO**

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco)** dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame; e

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

8.1.13. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.1.14. Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.1.15. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

8.1.16. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.1.17. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

8.2. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

8.3. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.4. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.8.2. as peculiaridades do caso concreto;



8.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.8.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente Aviso com uma nova data;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.2.2. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.12.1. ANEXO I – Termo de Referência

9.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

9.12.2. ANEXO II - Modelo proposta de preços;

9.12.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIS LIMA CARMO, Diretor(a)**, em 15/05/2026, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=146079731&crc=1F8EADC1](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=146079731&crc=1F8EADC1).

Código verificador: **146079731** e Código CRC: **1F8EADC1**.

## COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAO

## Termo de Referência 19/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
19/2026	200334-COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAO	BRUNO DE CARVALHO BARROS	04/05/2026 13:26 (v 0.9)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	56/2026	08200.004476/2026-12

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 08200.004476/2026-12)

## TERMO DE REFERÊNCIA

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de 6 (seis) unidades de Maletas de Proteção Balística de nível de proteção IIIA, conforme NIJ 0101.08 ou NIJ 0101.06, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Maletas de Proteção Balística de nível de proteção IIIA, conforme NIJ 0101.08 ou NIJ 0101.06.	398266	Unidade	6	R\$ 9.429,74	R\$ 56.578,44

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados do(a) **assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000048/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 30/10/2025;
- III) Id do item no PCA: 57;
- IV) Classe/Grupo: 6920 - ACESSÓRIOS PARA TREINAMENTO DE ARMAMENTO;
- V) Identificador da Futura Contratação: 200334-56/2026;

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os bens não deverão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs), conforme Item 6 (Ciclo de Vida: A Sustentabilidade na aquisição, pág. 47).

4.1.2. A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

#### **Subcontratação**

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. A impossibilidade de subcontratação justifica-se pela natureza do objeto, fornecimento de bens (maletas balísticas) e pelo contexto de segurança institucional da Polícia Federal para o Plano de Eleições 2026.

#### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de entrega imediata e pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 90 (noventa) dias, contados do(a) ordem de fornecimento de bens (OFB), em remessa única.

5.1.1. A solicitação fundamentada deverá ser encaminhada para o email [dilog.dpp@pf.gov.br](mailto:dilog.dpp@pf.gov.br), antes de findo o prazo.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (10) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: SCN Quadra 4 Bloco A Torres B, C e D do Edifício Multibrasil Corporate - Asa Norte, Brasília - DF, 70714-903.

## **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;*

7.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

7.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1], no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

## **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

#### **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/03/2026.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor valor por item.

9.1.1. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

9.2. *O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: 1) Valor compatível com a hipótese de dispensa prevista em lei, atendendo o limite atualizado; 2) Medida é estratégica para garantir a disponibilidade do material em tempo hábil para o início das operações de proteção no pleito eleitoral de 2026, dada a maior agilidade processual deste rito frente ao pregão eletrônico e baixa monta da contratação.*

### **Forma de fornecimento**

9.3. O fornecimento do objeto será integral.

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.5. De acordo com o Art. 20, da IN SEGES/ME nº 67/2021, por se tratar de contratação para entrega imediata, somente será exigida das pessoas jurídicas a comprovação da regularidade fiscal federal, social e trabalhista e, das pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal, conforme discriminado abaixo.

9.6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.7. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.8. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.10. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.11. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Técnica**

9.12. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

9.12.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

9.12.1.1. Fornecimento de equipamentos de proteção balística (maletas, coletes ou escudos) de nível III-A ou superior.

9.12.1.2. Quantitativo mínimo de 02 (duas) unidades, equivalente a 50% da demanda total, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional.

9.12.1.3. Apresentação por parte da Contratada da Certificação National Institute of Justice - NIJ 0101.08 ou NIJ 0101.06 para o equipamento em questão.

9.12.1.4. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.*

9.12.1.5. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

9.12.1.6. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

9.13. Prova de atendimento aos requisitos de controle e fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército (PCE), previstos na lei Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023, e Portaria nº 124 - COLOG, de 07 de dezembro de 2017, quando aplicável ao objeto ou à natureza da licitante.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.14. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.15. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.16. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.17. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.18. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 56.578,44 (Cinquenta e seis mil, quinhentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 200334 - DPP/PF;

II) Fonte de recursos: 1000000000;

III) Programa de trabalho: 2726 (PREVENCAO E REPRESSAO AO TRAFICO ILICITO DE DROGAS E A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVICOS E INTERESSES DA UNIAO);

IV) Elemento de despesa: 449052;

V) Plano interno: 000V (PREVENCAO E REPRESSAO A ILICITOS ELEITORAIS); e

VI) Declaração de Disponibilidade Orçamentária - DDO - SPO n.º 200334-319/2026 (SEI nº 145491576)

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

*Brasília, na data da assinatura eletrônica*

Bruno de Carvalho Barros

Agente Administrativo

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

## 13. ANEXO I

### Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

*(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)*

### 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 5 (cinco)*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
  - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
  - 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Aviso de Dispensa Eletrônica*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

### 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.*

### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
  - 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
  - 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
  - 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na

execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 5 (cinco).

3.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.8. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.10. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação

dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

5.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

5.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*[A13]

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos **omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.**

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que

decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Dispensa Eletrônica* nº...../2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BRUNO DE CARVALHO BARROS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 13:26:05.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS - DILOG/CGLOG/DPP/PF  
**ANEXO I**

**MODELO DE PROPOSTA - EMPRESA ESTRANGEIRA SEM FUNCIONAMENTO NO BRASIL**  
**(obrigatório uso papel timbrado da empresa)**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome da Empresa (Nome/Razão social) \_\_\_\_\_,

CNPJ Nº \_\_\_\_\_,

Representante legal: Sr(a) \_\_\_\_\_,

CPF nº \_\_\_\_\_,

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_,

Cidade/UF: \_\_\_\_\_,

País: \_\_\_\_\_.

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS**

(A) Descrição completa do item 1:	Maleta de proteção balística de nível de proteção IIIA
(B) Quantidade total (unidade) do item 1:	6
(C) Valor aduaneiro unitário (moeda estrangeira)	
(D) Câmbio PTAX (da data da proposta)	
(E) Valor aduaneiro unitário convertido para BRL: $E = C \times D$	
(F) Outras despesas:	
abertura de carta de crédito:  outros:	
(G) Preço unitário final:	

<b>(O) Preço Final Total:</b>	
-------------------------------	--

O valor total de proposta, é de R\$ \_\_\_\_\_ (em algarismo e por extenso), com data-base da proposta na data de abertura do Pregão, **NÃO INCLUIDOS os gravames que oneram exclusivamente os licitantes brasileiros.**

**A empresa estrangeira sem funcionamento no país registrará sua proposta SEM a inclusão dos tributos que oneram a operação final de venda no mercado interno brasileiro, visto que o agente ou comissão de contratação procederá, para fins de equalização de proposta, a um acréscimo simulado do custo dos tributos que oneram a operação final de venda no mercado interno.**

## DECLARAÇÃO

Declaramos que os preços ofertados englobam as despesas com mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais do país de origem, seguros e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta contratação.

Declaramos aceitação total e irrestrita às condições do presente Edital e Anexos, bem como que na nossa proposta os valores apresentados englobam todos os custos a cargo da contratada, que venham a onerar o objeto desta licitação, descritos no termo de referência.

Declaramos ter ciência de que a omissão de qualquer despesa ou custo necessário à perfeita execução do objeto desta contratação será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo pleitear quaisquer acréscimos após a entrega da proposta.

Declaramos que a proposta apresentada atende integralmente às especificações e condições estabelecidas no termo de referência.

Declaramos que os prazos serão os indicados ou os solicitados na forma do termo de referência.

Declaramos que aceitamos acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, conforme o art. 125, da Lei 14.133/21.

### Observações Gerais:

- Na proposta da contratada deverá estar incluído programa de capacitação disponível para os usuários que utilizarão a ferramenta tecnológica. Esse treinamento deverá abarcar, no mínimo, noções introdutórias da ferramenta; funcionalidades e aplicações; tudo em idioma local. À medida que forem inseridos novos recursos na ferramenta, a CONTRATADA promoverá a respectiva atualização dos servidores da Polícia Federal. A capacitação também estará prevista no Instrumento Contratual a ser celebrado. Esse treinamento deverá ser realizado presencialmente, às expensas da Contratada.
- É permitido ao licitante estrangeiro e ao licitante brasileiro cotarem preço em moeda estrangeira;
- A empresa poderá apresentar a proposta em moeda estrangeira, entretanto, no sistema, todos os valores deverão ser convertidos e registrados em Real, pois é a moeda permitida pelo sistema eletrônico.

Dados da pessoa autorizada a firmar Contrato/Instrumento equivalente:

Nome completo, nacionalidade, estado civil, profissão, endereço, CPF, carteira de identidade, cujos poderes são conferidos pelo contrato social ou procuração específica para este fim.

Local/data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo da empresa



Obs.: A proposta será ajustada pelo licitante, de acordo com o resultado final da etapa competitiva, contemplando os valores registrados.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUSTOSA AVILA, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 13/05/2026, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=146078387&crc=C34E3C4B](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=146078387&crc=C34E3C4B).

Código verificador: **146078387** e Código CRC: **C34E3C4B**.

Referência: Processo nº 08200.004476/2026-12

SEI nº 146078387

## COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD

# Estudo Técnico Preliminar 19/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 08200.004476/2026-12

## 2. Descrição da necessidade

A base da contratação pretendida encontra-se sob a necessidade de se sustentar dois pilares principais dentro do atual cenário: prover alto nível de segurança às vidas sob a proteção da Polícia Federal e implementar as melhores tecnologias em segurança de dignitários em consonância com as diretrizes doutrinárias desta instituição.

A demanda está intrinsecamente ligada às competências e atividades operacionais da Diretoria de Proteção à Pessoa (DPP/PF), que abrangem:

- **Proteção de Autoridades e Dignitários:** A unidade é responsável direta pelas equipes que realizam a segurança aproximada do **Ministro da Justiça** e de outras autoridades sob responsabilidade da Polícia Federal.
- **Segurança em Pleitos Eleitorais:** Compete à DPP prover a proteção dos **candidatos à Presidência da República** no ano de 2026. Esta atividade exige níveis de alerta e prevenção elevados, dado o histórico de atentados contra candidatos em pleitos anteriores (2018 e 2022).
- **Programa de Proteção a Testemunhas:** A DPP mantém equipes especializadas para a proteção de **depoentes especiais**, garantindo a integridade física de indivíduos cruciais para investigações e processos judiciais.
- **Doutrina e Padronização Nacional:** Por meio dos **Núcleos ou Grupos de Segurança de Dignitários (GSD)**, instituídos nas 27 Superintendências Regionais, a DPP coordena a aplicação da doutrina operacional de segurança aproximada. O uso da maleta balística é parte integrante desta doutrina, sendo essencial para procedimentos de **PRR (Proteger, Retirar e Reagir)** e para servir como obstáculo de proteção em locais onde o dignitário interage com o público.

Por meio do presente processo de aquisição, esta Divisão intenta adquirir **6 (seis) unidades de malas de Proteção Balística de nível de proteção IIIA, conforme NIJ 0101.06 ou superior**, com o objetivo de prover a Polícia Federal de equipamentos necessários e adequados (senão urgentes) às atividades de segurança de dignitários desempenhadas por esta instituição, que, em conformidade com a sua doutrina operacional atual, requer que as características destes insumos requeridos sejam dotados de atributos específicos.

O quantitativo fundamenta-se na necessidade de proteção de 10 (dez) candidatos à Presidência da República no pleito de **2026**. Considerando o estoque atual de 06 unidades (adquiridas em 2022), a nova aquisição totalizará **12 (doze) unidades**, permitindo o atendimento integral dos dignitários e a manutenção de uma **reserva técnica** (aproximadamente 20%) para substituições eventuais e contingências operacionais.

Desde o ano de 2021, por força da Portaria 14.457-DG/PF, de 13 de Janeiro de 2021, foram instituídos em todas as Superintendências Regionais desta Polícia Federal os Núcleos ou Grupos de Segurança de Dignitários (GSD), totalizando 27 (vinte e sete) unidades especializadas, havendo, ainda, no âmbito desta Coordenação, as duas equipes que fazem a proteção do Exmo. Sr. Ministro da Justiça e de depoentes especiais, dentro do programa de proteção à testemunhas.

Cumprir destacar, com a maior urgência, que no corrente ano de 2026 haverá eleições presidenciais, ocasião em que se proverá, como nas eleições anteriores (2018 e 2022), a proteção de até 10 candidatos à Presidência da República Federativa do Brasil. Considerando o histórico de atentados contra candidatos em pleitos anteriores, os níveis de alerta e de prevenção tendem a ser ainda mais elevados, exigindo equipamentos modernos e confiáveis para a proteção das autoridades.

A atual doutrina de Segurança de Dignitário desta PF, desenvolvida por esta Coordenação, com o apoio da Academia Nacional de Polícia, trata da atuação das equipes de proteção à pessoa com o uso do equipamento denominado maleta balística, que proporciona uma maior proteção ao dignitário/protegido naquelas situações onde o nível de risco é alto.

Com o equipamento, em atentados à vida do dignitário, o policial designado pela doutrina da disciplina como "Maleta Balística" poderá realizar a proteção da autoridade contra disparos de arma de fogo e outros materiais usados para o ataque contra as pessoas protegidas.

Dessa forma, o referido equipamento deverá proporcionar uma **proteção móvel e discreta**, sob o formato fechado de uma **maleta tipo "executivo"**, provendo **fácil transporte ao operador, à prova d'água, com alta resistência à abrasão e tração**, com **fecho tático para abertura facilitada e rápida** de uso operacional fácil ao operador, de modo que, em resumo, **os atributos mais essenciais que o equipamento deve possuir são maleabilidade, rapidez de acionamento para operação e baixo peso (leveza)**, cujos parâmetros balizadores serão demonstrados no item 4 deste documento.

A presente aquisição está de acordo com o seguinte Objetivo Institucional e Ação Estratégica, que versa nestes termos:

*"9.7. Objetivo Institucional: Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais - Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.*

*9.7.3. Ação Estratégica: Gestão de Compras - Orientar, formalizar, executar e gerenciar as atividades de aquisição de bens e serviços, atuando na elaboração de processos de compras em todas as suas modalidades, objetivando a racionalização das aquisições com foco na economicidade."*

O objetivo deste documento é nivelar conhecimento acerca de produtos existentes e respectivos fabricantes, bem como subsidiar possíveis decisões presentes com impactos futuros provenientes de definições de formatos/modelos entendidos como viáveis e pertinentes à atividade policial.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de logística e apoio operacional - CGLOG	Carla Maria de Oliveira Costardi

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A aquisição pretendida refere-se a malas balísticas portáteis destinadas ao emprego em operações de segurança de dignitários, com a finalidade de proporcionar proteção balística discreta e imediata contra ameaças armadas durante deslocamentos, eventos públicos ou situações de emergência.

O uso de placas balísticas não é conhecimento novo na área de segurança de dignitário, fazendo parte da doutrina atualmente utilizada na Polícia Federal. Esse tipo de equipamento integra o conjunto de soluções utilizadas por equipes de **proteção aproximada**, permitindo que o agente de segurança disponha de um **meio portátil de blindagem**, capaz de ser empregado tanto de forma preventiva quanto reativa.

O efetivo uso das malas passou a ser evidenciado a partir do atentado ao então candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro nas últimas eleições no Brasil, onde o mesmo foi acometido de facada abdominal durante campanha. Ali ficava evidente a possibilidade e necessidade de uso deste padrão de material como equipamento desejado para equipar as equipes de segurança aproximada.

Considerando o atual contexto político e social do país, bem como a aproximação do processo eleitoral de **2026**, é previsível que haja elevado grau de mobilização popular e potencial acirramento de posições político-partidárias durante a campanha eleitoral. Esse ambiente pode aumentar a exposição de candidatos e autoridades a riscos de agressões em eventos públicos, deslocamentos e interações com eleitores, circunstâncias que demandam a adoção de medidas adicionais de proteção por parte das equipes responsáveis pela segurança de dignitários.

Nesse contexto, a utilização de **malas balísticas portáteis** apresenta-se como recurso adicional de proteção, capaz de contribuir para a mitigação de riscos durante a execução das atividades de segurança aproximada, especialmente em situações que envolvam grande proximidade do público ou ambientes com controle de acesso limitado.

Registre-se que o emprego desse tipo de equipamento já é observado em outras instituições responsáveis pela proteção de autoridades no país, como as equipes de proteção do **Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI)**, que utilizam malas balísticas tanto em situações de deslocamento quanto em atividades de exposição pública do protegido.

Nessas situações, a mala balística pode cumprir duas funções principais dentro da doutrina de segurança de dignitários:

- **Aplicação no procedimento de P-R-R (Proteger, Retirar e Reagir)**, permitindo a rápida interposição de barreira balística entre o protegido e eventual agressor durante a retirada emergencial;
- **Uso como obstáculo de proteção**, em ocasiões nas quais o protegido realiza pronunciamentos ou interações em locais que não passaram por varredura prévia ou em que não seja possível estabelecer distanciamento seguro do público.

Nessa última hipótese, a maleta pode ser posicionada à frente do protegido, cobrindo áreas vitais do corpo, especialmente **tronco e abdômen**, funcionando como um escudo de proteção portátil.

Embora essa forma de emprego não esteja historicamente prevista de maneira formal nas doutrinas clássicas de proteção de dignitários, observa-se que sua utilização tem se tornado cada vez mais comum em **equipes de proteção executiva e governamental em diversos países**, em razão de sua praticidade, discrição e rápida capacidade de resposta em situações críticas.

A Polícia Federal pretende usar as placas tanto para o PRR, quanto para escudo de proteção. Quando finalizada a aquisição das mesmas, estas serão usadas tanto em seguranças ordinárias executadas pelos Grupos de Segurança de Dignitários das descentralizadas, quanto pelas equipes de proteção aos presidenciáveis, nas próximas eleições.

Note-se, ainda, que o procedimento de uso das placas não fará parte de doutrina específica, mas será procedimentos ensinado pelos professores de Segurança de Dignitários tanto nos Cursos de Formação Profissional, quanto nas atualizações ao longo do ano.

Revedo os apontamentos constantes nos processos correlatos e a intenção de uso da maleta balística, instrumento de uso conhecido na proteção de dignitários, entendemos necessário complementar algumas observações a fim de melhor orientar os servidores que realizarão o Termo de Referência para a efetivação da compra do material.

#### **4.1. PESO ADEQUADO LIMITE:**

Na doutrina de segurança de dignitários da PF, as posições das funções da célula de segurança são fixas durante a execução da proteção, ou seja, quem é definido para uma posição, permanece nesta posição até o final da missão. Embora seja salutar considerar a troca do "homem maleta" após determinado decurso de tempo, devemos fazer a previsão de peso máximo considerando a incapacidade de troca durante a missão.

Desta forma, o peso da maleta balística deve ser considerado, a fim de que não se torne um obstáculo ao seu uso. Os modelos apresentados no comércio são os mais variados possíveis e para diversos usos. No contexto de segurança de dignitários, entendemos que quanto mais leve for a maleta, melhor será sua condução durante o trabalho.

Em um paralelo com outro importante material de proteção policial, é possível verificar que o colete balístico padrão CBC, com nível de proteção III, resistente a disparos de munição 9mm, tem peso médio de 2,5 kg a 3kg máximos, uma vez que cada placa de polietileno pesa em média 1kg, segundo especificações do próprio fabricante.

Atentando-se para outro importante instrumento de defesa da Polícia Federal, verifica-se que o Fuzil HK G36 pesa em média 3,63kg. Ora, se um policial em traje operacional porta equipamento longo pesando 3,63kg, não é razoável exigir do agente de segurança de dignitários peso muito maior do que este para a maleta balística, sendo que esta deve ser de fácil transporte e uso dissimulado quando fechada.

Entende-se que o limite seria pensar em malas com no máximo 100% de peso a mais do que o fuzil G36. Ou seja, o limite de peso da maleta seria de 7,26kg.

É preciso considerar que esta maleta será carregada durante todos os deslocamentos e será posicionada aberta a frente do dignitário em suas paradas para interação com o público.

O peso ideal então seria o aproximado do peso de um fuzil, compatível com os treinamentos operacionais a outros grupos da Polícia Federal.

De tudo exposto, define-se como peso ideal da maleta balística **em torno de 4kg** e peso máximo admitido em 7,5kg, ambos com arredondamentos livres para cima.

#### **4.2. TAMANHO E DIMENSÕES DA MALETA:**

De forma objetiva, poderíamos pensar que quanto menor, melhor.

Porém é necessário considerar o propósito da maleta, ou seja, proteger o dignitário de qualquer agressão as regiões vitais de tórax e abdômen, pelo menos.

Segundo o Professor Doutor Guanys de Barros Vilela do CPAQV – Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de vida, o tronco humano adulto tem entre 29 e 30% da altura total do indivíduo.

Se considerarmos o padrão de altura do homem nacional entre 1,75m a 1,85m, teremos que o tronco mede em centímetros de 52,5cm a 55,5cm.

A maleta balística então, quando aberta, deve ser capaz de cobrir no mínimo 60cm (arredondamento livre para cima).

Entendemos ser este o mínimo aceitável, porém o ideal é que cubra ao menos áreas vitais (tronco) e pernas, para possibilitar o deslocamento em fuga em procedimento de PRR.

Desta forma, o mínimo, considerando a distância de ombros até joelhos, seria de 1 metro.

Note-se que esse é o dado importante, podendo ela ser dividida em 2, 3 ou 4 placas de proteção, contanto que o tamanho total de proteção **seja superior a 1 metro, no mínimo**.

#### **4.3. TIPO DE ABERTURA:**

Para uso em segurança de dignitários, considerando o uso emergencial durante PRR, a abertura deve ser tática, ou seja, rápida diante da necessidade. O sistema de abertura pode ser variável, mas a maleta deve se abrir em processo simples com ação única, não sendo cabível exigir do operador uma ação secundária de abertura.

A maleta deve se abrir em movimento único, sendo possível realizá-la com apenas uma das mãos, sem que este precise soltar a alça de transporte para isso.

O sistema de abertura pode ser em velcro, ou qualquer outro que admita esta possibilidade de abertura rápida para o propósito operacional necessário.

#### **4.4. NÍVEL DE PROTEÇÃO:**

O nível de proteção necessário é o III A, suficiente para conter impactos de munição 9 mm, 44 Magnum e 357 Magnum.

Porém, a maleta balística deve ter material que dificulte a entrada de elementos cortantes, como facas ou canivetes, para que diante de uma situação agressiva, o segurança tenha tempo para executar suas ações de proteção sem que o objeto cortante chegue ao corpo do protegido.

#### **4.5. MATERIAL QUE ENVOLVE AS PLACAS:**

A maleta deve ser confeccionada em material impermeável e flexível para que possa ser usada em situações climáticas adversas e ser facilmente transportada em viaturas.

No uso pretendido pela Polícia Federal, "menos é mais", ou seja, quanto menos elementos estiverem dispostos nesta "mala de proteção", melhor. O interesse é pela proteção e não por outros elementos de transporte possíveis. Não há necessidade de diversos bolsos ou outros elementos que propiciem transporte de materiais além das próprias placas balísticas.

É ideal porém, a maleta conte com alças de transporte, além de alças longas para transporte de ombro, a fim de facilitar a condução em deslocamentos, minimizando o efeito do peso sobre o operador.

Mas estas, quando usadas, devem ainda permitir a abertura tática da mala e sua aplicação no PRR.

É de extrema importância salientar que os critérios de aceitabilidade do equipamento são cumulativos, ou seja, todas as características operacionais exigidas para o equipamento devem ser preenchidas.

#### **4.6. Garantia e Validade**

- **Prazo de Garantia:** Mínimo de 05 (cinco) anos para os painéis balísticos contra defeitos de fabricação ou perda de performance.
- **Validade:** O material balístico deve apresentar data de fabricação recente, não superior a 06 meses no ato da entrega.

## 5. Levantamento de Mercado

Com vistas a encontrar as soluções disponíveis para aquisição, as áreas responsáveis pela descrição da demanda fundamentaram-se em ampla pesquisa de mercado e na **experiência institucional consolidada em ciclos anteriores**, visto que o órgão já realizou a aquisição bem-sucedida de unidades deste equipamento em 2022. A prospecção inicial, iniciada na feira MILIPOL 2021, foi posteriormente validada pelo uso operacional efetivo e pela **maturação da doutrina de segurança de dignitários**.

Em vistas de manter a lisura da pesquisa de mercado e buscar a solução mais vantajosa, o setor técnico da demanda agora dispõe de parâmetros balizados pelo uso em campo para avaliar os modelos disponíveis. A definição de requisitos como o **número de placas**, o **limite de peso de até 7,5kg** (idealmente 4kg) e o **sistema de abertura táctica rápida** não é mais teórica, mas baseada na capacidade fisiológica comprovada dos operadores em missões prolongadas e na eficácia dos protocolos de **P-R-R (Proteger, Retirar e Reagir)**.

No tocante ao normativo que trata da estrutura e funcionamento das equipes de proteção, aplica-se atualmente a **Instrução Normativa nº 302 – DG/PF, de 17 de janeiro de 2025**, que institui o **Sistema Integrado de Proteção à Pessoa – SIPA** e organiza os níveis, conceitos e funções relacionadas à segurança presidencial, de autoridades, de candidatos à Presidência da República, de dignitários estrangeiros e de depoentes especiais. Nos termos da IN 302, a proteção à pessoa compreende medidas preventivas e ativas destinadas a garantir a integridade física e moral do protegido, conforme disposto nos arts. 1º a 5º desta norma, incluindo as responsabilidades de equipes de segurança imediata, aproximada e afastada, bem como o emprego de protocolos, meios materiais e recursos táticos necessários para a execução das medidas de proteção. Dessa forma, a maleta balística se insere como ferramenta de proteção ativa, integrando os meios empregados para garantir a contenção de ameaças e a execução dos protocolos de segurança estabelecidos para proteção do dignitário.

Diante desse cenário, serão aqui apresentados os modelos encontrados em exposição na MILIPOL tendo suas buscas sido feitas sem direcionamento para nenhum modelo específico; bem como a apresentação dos itens maleta balística identificados na MILIPOL será feita sem juízo de valor acerca de produto "melhor" ou "pior".

Os relatos consistirão apenas na apresentação de nível de proteção, número de placas, peso mostrado/alegado pelo fabricante, e na percepção de facilidade ou dificuldade de abertura dos policiais que experimentaram a maleta.

Importante relembrar que, conforme item 4 deste documento, para a prospecção de materiais adequados à necessidade no mercado devem ser considerados cumulativamente os atributos de maior importância para o equipamento: peso, tamanho, tipo de abertura (rapidez /facilidade de acionamento), nível de proteção e material que envolve as placas.

### 5.1. COMPARAÇÃO DOS MODELOS APRESENTADOS NA MILIPOL 2021:

Características	Fotos do Modelo	Adequada ao Uso da PF? Justificativa
<p>Fabricante: <b>BONOWI</b></p> <p>Nível de proteção: VPAM 4, <b>equivalente à NIJ IIIA</b></p> <p>Quantidade de placas: <b>2</b></p> <p>Peso aproximado: <b>4,0kg</b></p> <p>Obs. 1) Possui fecho magnético (fácil abertura);</p> <p>Obs. 2) É possível "vestir" a maleta, tornando-a praticamente num colete.</p>		<p><b>Inadequada.</b></p> <p>Apesar de ser leve, de fácil acionamento, ter certa flexibilidade e possuir alça tipo "carteiro", é um equipamento que</p>

Obs. 3) A delegação trouxe amostra do equipamento mediante pagamento postecipado do valor de custo de fabricação; (duzentos euros).

Obs. 4) Possui alça tipo carteiro (desse modo é possível distribuir o peso pelo corpo, e não somente concentrá-lo na mão e braço o qual carrega a maleta. Em caso de pânico, a maleta está presa ao corpo.

Modelo: **Q-Code Ballistic bag**



é muito pequeno (70 x 40 cm) para o uso a que se destina em atividades de Segurança de Dignitários na Polícia Federal, cuja doutrina requer que a maleta tenha ao menos 01 metro de comprimento de modo a cobrir as regiões mais vitais quando em operação.

Fabricante: **MEHLER Vario System**

Nível de proteção: VPAM 6, equivalente à NIJ III

Quantidade de placas: possui modelo com 3 e com 4 placas;

Peso aproximado: modelo com 3 placas possui aproximadamente **8,5kg**. O modelo com 4 placas é bem mais leve, mas o representante não soube informar em números (o material é polietileno).

Obs. 1) único modelo com proteção contra fuzil.

Obs. 2) abertura rápida.

Obs. 3) possui alça tipo carteiro (desse modo é possível distribuir o peso pelo corpo, e não somente concentrá-lo na mão e braço o qual carrega a maleta). Em caso de pânico, a maleta está presa ao corpo.



Modelo: **Ballistic briefcase AK47**



**Inadequada.**

A maleta, apesar de ter dimensões adequadas para promover proteção de grande área corporal, ser de fácil acionamento e possuir alça tipo "carteiro", torna-se inadequada para o uso pela Polícia federal pela sua elevada carga de peso (8,5 kg); fator este que é o mais fundamental para determinação do modelo adequado de maleta balística, pois ela deve ter um peso viável fisicamente para o operador, que, quando em atividade de segurança de dignitários, estará submetido ao sustento desta carga por tempos prolongados.



<p>Fabricante: <b>PROTECOP</b></p> <p>Nível de proteção: NIJ IIIA (01.01.08)</p> <p>Quantidade de placas: possui modelo com 3 e com 4 placas;</p> <p>Peso aproximado: o modelo com 3 placas possui aproximadamente <b>3,700 kg</b>, já o modelo com 4 placas possui aproximadamente <b>5,350kg</b>.</p> <p>Obs. 1) a maleta possui velcro para mantê-la fechada. Esse dispositivo dificultou a abertura da maleta; a delegação teve acesso ao engenheiro de design e produção do equipamento, e sugeriu a adoção de outro tipo de velcro.</p> <p>Modelo: <b>ABKLC3 (3placas)</b> <b>ABKLC7 (4 placas)</b>.</p>		<p><b>ADEQUADA.</b></p> <p>Esta maleta, além de ser leve, flexível e ter dimensões adequadas para a promoção da proteção de grande área corporal, dispõe de dispositivo de rápido acionamento, e com facilidade de manuseio por conter alças para distribuição do peso.</p> <p>Este foi o equipamento que se mostrou mais adequado para o propósito de uso desta Coordenação.</p>
<p>Fabricante: <b>SEMA WORLD Counter Terrorism</b></p> <p>Nível de proteção: NIJ IIIA (01.01.04)</p> <p>Quantidade de placas: modelo com 4 placas, as quais podem ser separadas (por um zíper central);</p> <p>Peso aproximado: <b>6,350 kg</b>. (o conjunto completo)</p> <p>Obs. 1) uma maleta pode se transformar em duas;</p> <p>Obs. 2) fácil abertura (apenas alça curta para as mãos - basta soltar uma das alças).</p> <p>Modelo: <b>Ballistic Case Multiprotection</b></p>		<p><b>Inadequada.</b></p> <p>Este exemplar mostrou-se completamente inadequado para o uso pela Polícia federal por conta do seu grande peso e suas pequenas dimensões, que conferem cobertura corporal insuficiente, além de que possui pouca flexibilidade.</p>



<p>Fabricante: <b>TENCATE Advanced Armour</b></p> <p>Nível de proteção: NIJ IV (01.01.04)</p> <p>Quantidade de placas: modelo com 3 placas;</p> <p>Peso aproximado: <b>11 kg</b></p>		<p><b>Inadequada.</b></p> <p>Este exemplar mostrou-se completamente inadequado para o uso pela Polícia federal por conta do seu grande peso, difícil acionamento operacional e suas pequenas dimensões, que conferem cobertura corporal insuficiente.</p>
--	--	---

Assim, observou-se que as empresa têm seu produto com registro de patente e **cada qual tem as suas diversas peculiaridades próprias** de suas fábricas tais como: diferentes modos de abrir e fechar, várias possibilidades de alças, dimensões, peso, capas de cordura ou couro sintético, destacamentos de placas, desdobramento de uma maleta em duas.

Cabe salientar, antes de tudo, que no evento havia fabricantes que, embora produzissem esse tipo de equipamento, não tinham o material de mostruário à disposição na feira para que a comitiva da Polícia Federal pudesse aferir se seus parâmetros atendem às necessidades da contratação pretendida (exemplo disso foi a empresa indiana MKU, que fabrica o equipamento, porém não tinha para exposição em seu estande promocional).

Além disso, foi adquirida, no evento supracitado, uma amostra da maleta balística da empresa alemã BONOWI, em virtude da ampla possibilidade de diferenciação na forma de manusear seu equipamento, configurando-se em verdadeira inovação.

A empresa SEMA WORLD (França) informou, que não é possível o envio de amostras, pois o seu custo de produção é alto; encaminhou, entretanto, laudo laboratorial informando a adequação da proteção balística às pretensões da Polícia Federal.

### 5.2. MODELOS DO MERCADO NACIONAL E INTERNACIONAL

Em análise de outras marcas do mercado internacional, apresenta-se a maleta balística da fabricante colombiana Miguel Caballero é uma das referências mundiais em segurança de autoridades, sendo projetada especificamente para o uso dissimulado e proteção imediata em cenários de risco. Demonstra ser uma solução **altamente adequada** às necessidades da Polícia Federal, pois:

1. Cumpre o requisito de **comprimento superior a 1 metro** quando aberta, superando modelos nacionais que possuem dimensões reduzidas.
2. Mantém o peso dentro da margem operacional de **4 kg**, facilitando a isometria e o manuseio prolongado.
3. Alinha-se à necessidade de **tecnologia de ponta** e materiais flexíveis que não comprometam a agilidade das equipes de Segurança de Dignitários (GSD).

Para fins de balizamento de custos, este equipamento foi registrado na **Ata de Registro de Preços nº 2/2026 da Presidência da República**, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90005/2025 - GSI/PR, com o valor unitário de **R\$ 23.800,00 (vinte e três mil e oitocentos reais)**.



Em análise complementar do mercado internacional a maleta balística da fabricante norte-americana **Premier Body Armor** destaca-se como referência internacional de alta tecnologia para as demandas da Polícia Federal, unindo discrição e resposta tática imediata. O equipamento atende integralmente aos requisitos operacionais ao oferecer uma cobertura vertical de aproximadamente **102,8 cm** e peso otimizado de **3,99 kg**, o que garante a proteção de órgãos vitais sem comprometer a mobilidade do agente em missões prolongadas.

Construída com materiais avançados, como aramidas tecidas e polipropileno PURE®, a solução apresenta uma espessura delgada de apenas **0,76 cm** e elevada durabilidade, suportada por uma garantia de fábrica de cinco anos que assegura a longevidade do patrimônio. Além disso, sua eficiência tática é reforçada pelo acionamento ambidestro e instantâneo com apenas uma das mãos, permitindo a transformação velada de um acessório executivo em um escudo rígido. Para fins de balizamento de custos e verificação da compatibilidade dos preços nacionais com o mercado global, este equipamento é comercializado pelo valor unitário de **US\$ 1,320.00 (mil trezentos e vinte dólares)**. Ressalta-se, contudo, que este montante refere-se ao valor de aquisição direta no exterior (*Free on Board - FOB*). Para fins de estimativa de contratação nacional, deve-se considerar o "Custo Brasil", que inclui tributos de importação (II, IPI, PIS /COFINS e ICMS), devendo ter um valor total estimado (NACIONALIZADO): R\$ 14.065,17.

acessado em 19/03/2026 às 14h20, link: [https://premierbodyarmor.com/products/ballistic-briefcase?srsId=AfmBOoc5udlm1WgrbkjgBE\\_hUxxwjRoOSgMURILUIU3Njg6a\\_dpQui-](https://premierbodyarmor.com/products/ballistic-briefcase?srsId=AfmBOoc5udlm1WgrbkjgBE_hUxxwjRoOSgMURILUIU3Njg6a_dpQui-)

Já no âmbito do mercado nacional, analisou-se um modelo de maleta balística da fabricante nacional INBRA, cujas características tornam seu produto **inadequado** para o uso em Segurança de Dignitários pela Polícia Federal, haja vista que, apesar de ser de rápido acionamento para uso operacional e conter dimensões adequadas para cobertura corporal, é demasiadamente pesada para o uso a que se destina por ter uma massa de 5,2 kg, além do fato de que a unidade custa em torno de **R\$ 9.900 (nove mil e novecentos reais)**, segundo cotação enviada em março de 2026 ou seja, é mais cara que outros exemplares estrangeiros, como os da PROTECOP que custam aproximados **R\$ 8.920,85 (Oito mil, novecentos e vinte reais e oitenta e cinco centavos)**, mesmo com a cotação da taxa de câmbio (à data da produção deste documento) entre Real e Euro acima de R\$ 6,03 (seis reais).

## ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

### ANEXO I – IMAGEM ILUSTRATIVA



Da continuidade da prospecção de mercado foi possível encontrar a *Protective Blanket PB-2085* da MEHLER, este que ficou caracterizado como Inadequado para o uso a que se destina. Um exemplar do equipamento foi enviado para a Coordenação de Proteção à Pessoa e foi analisada pela equipe responsável pela demanda, donde verificou-se que o modelo não se trata de uma Maleta Balística, mas sim de um Escudo dobrável propriamente dito, fato este que quebra a necessidade de uso de um equipamento discreto.

Também, além de o equipamento não ser flexível e de não contar com dispositivo que confira rápido acionamento, o escudo não oferece facilidade de manuseio por conta da desigual distribuição do peso ao segurar pela alça, o que compromete a ergonomia quando do uso pelo operador.

Seguem abaixo fotos do equipamento e de testes de uso realizados pela equipe de Segurança de Dignitários desta Coordenação.







É de extrema importância salientar que os **critérios de aceitabilidade do equipamento são cumulativos**, ou seja, todas as características operacionais exigidas para o equipamento devem ser preenchidas cumulativamente, de modo que é inadmissível que uma pasta balística deixe de atender algum requisito daqueles elencados no item 4 deste documento.

Deve ser considerado que, durante a prospecção, encontrou-se preços muito variáveis dos exemplares no mercado: Levantamento prévio e posterior à feira (conforme alguns e-mails recebidos de representantes comerciais) mostram o fato de não haver uniformidade ou proximidade entre os valores de cada um dos fabricantes, de modo que os modelos variam de duzentos a dois mil Euros.

De tudo o trabalho de levantamento de mercado, pode-se dizer que a prospecção cumpriu seu papel, por mostrar os diversos modelos fabricados/existentes e possibilidades de uso; mostrou-se, entretanto, um pouco prejudicada pelo fato de o mercado não ofertar de maneira exata modelos do equipamento intentado pelo setor demandante, além do fato de este não possuir experiência consolidada de uso acerca do equipamento.

Importa dizer que qualquer descritivo genérico, que porventura seja orientado unicamente por esta Divisão, poderá trazer dificuldades na licitação e impactá-la negativamente face ao desconhecimento técnico do uso do equipamento, e que seja adequado ao perfil fisiológico da tropa.

É por isso, portanto, que foram apresentadas as diretrizes acerca das características do equipamento, conforme descritas no item 02 deste documento, baseadas em doutrina formalizada pelo setor demandante, com fulcro na **Instrução Normativa nº 302 – DG/PF, de 17 de janeiro de 2025**, com sugestão de testes para o correto amadurecimento do uso do equipamento.

### 5.3. HISTÓRICO DE AQUISIÇÕES

A prospecção de mercado para a presente contratação fundamenta-se não apenas em pesquisas recentes, mas também na experiência operacional consolidada pela Polícia Federal em ciclos anteriores. Conforme o **Aviso de Dispensa Eletrônica nº 05/2022** (Processo nº 08211.001550/2022-96), a Polícia Federal realizou a compra de **06 (seis) unidades** de pastas de proteção balística nível III-A, da marca PROTECOP, essa aquisição inicial, teve como objetivo prover equipamentos para as equipes de segurança durante o pleito presidencial daquele ano.

- **Desempenho da Solução Escolhida:** Naquela ocasião, a solução da fabricante francesa **PROTECOP** (Modelos ABKLC3 e ABKLC7) foi identificada como a mais adequada por reunir atributos essenciais como leveza (entre 3,7kg e 5,3kg), dimensões apropriadas para cobertura corporal (mínimo de 1 metro quando aberta) e facilidade de acionamento tático. **Essas malas atenderam plenamente às necessidades da PF**, permitindo a aplicação prática da doutrina de segurança de dignitários e servindo como base para a validação do equipamento em campo;

- **Contexto da Nova Demanda (2026):** Diante do resultado satisfatório das unidades adquiridas em 2022 e considerando o aumento da estrutura operacional, com a instituição de Núcleos e **Grupos de Segurança de Dignitários (GSD)** em todas as Superintendências Regionais, faz-se necessária a ampliação do inventário,.
- **Nova Aquisição:** A presente demanda visa a aquisição de mais **10 (dez) unidades**. Esta nova remessa busca padronizar o equipamento utilizado nacionalmente, garantindo que as equipes designadas para a proteção dos candidatos à Presidência em 2026 e outras autoridades sob custódia da PF disponham da mesma tecnologia de ponta já testada e aprovada pela instituição

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta fundamenta-se na necessidade de expansão do inventário de proteção balística da Polícia Federal, em estrita observância à Instrução Normativa nº 302/2025–DG/PF, que instituiu o Sistema Integrado de Proteção à Pessoa (SIPA). Diferente da aquisição pioneira realizada em 2022, a instituição possui hoje experiência operacional consolidada: as unidades adquiridas anteriormente não apenas atenderam às demandas táticas, mas validaram a eficácia e a necessidade do equipamento em cenários reais.

Considerando a natureza crítica do material e a heterogeneidade dos cenários de atuação, especialmente em eventos com grandes aglomerações e proteção de dignitários, a solução não se limita a uma compra comum de prateleira. Trata-se da continuidade de um ciclo de validação técnica, onde a ergonomia e a eficiência tática são requisitos primordiais.

Nesta fase, a aquisição de 6 (seis) unidades apresenta-se como uma decisão estratégica para o Pleito Eleitoral de 2026, garantindo a proteção imediata dos candidatos à Presidência. A escolha pela aquisição de um lote menor (06 unidades) visa, além da adequação orçamentária, a utilização do rito de dispensa de licitação (Art. 75, II, Lei 14.133/21). Tal medida é estratégica para garantir a disponibilidade do material em tempo hábil para o início das operações de proteção no pleito eleitoral de 2026, dada a maior agilidade processual deste rito frente ao pregão eletrônico. A premissa permanece inalterada: o equipamento deve adaptar-se à fisiologia e agilidade do operador (priorizando maleabilidade e baixo peso), e não o contrário.

O escopo da contratação deve observar a validação de requisitos técnicos cumulativos, como o **Nível de Proteção III-A, comprimento superior a 1 metro (quando aberta) e peso ideal ao mais próximo a 4 kg**.

A utilização desta remessa durante as Eleições de 2026 funcionará como um rigoroso teste de campo, fornecendo subsídios técnicos indispensáveis para a futura padronização nacional do equipamento. A balização de preços será sustentada por cotações internacionais e pelo aproveitamento de Atas de Registro de Preços de órgãos congêneres, garantindo a lisura, a economicidade e a celeridade necessárias para o atendimento da missão institucional.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Com o objetivo de prover a Polícia Federal de equipamentos necessários e adequados (senão urgentes) às atividades de segurança de dignitários desempenhadas por esta instituição, e em especial no corrente ano de 2026 que haverá eleições presidenciais com a previsão de que haja 10 (dez) equipes que proverão segurança aos candidatos à Presidência da República Federativa do Brasil neste ano de 2026 com níveis de seguranças mais elevados, verifica-se como mais econômica a aquisição de **6 (seis) unidades** do equipamento pretendido.

A dotação contempla não apenas as demandas diretas das equipes, mas também a reserva técnica necessária para manter a continuidade dos serviços, atender a reforços eventuais e garantir a integridade física das autoridades protegidas, conforme diretrizes operacionais, logísticas e normativas estabelecidas pela **IN 302/2025**.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 94.297,40

Para a composição da estimativa do valor da contratação, seguiu-se o rito da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021** (ou normas correlatas vigentes), utilizando o método da média aritmética simples das fontes de preços identificadas.

Abaixo, apresenta-se o **Mapa de Preços** e a **Consolidação do Valor Estimado** para a aquisição de 6 (seis) unidades de maletas balísticas.

TEM	DESCRIÇÃO	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO (R\$)
1	Maleta Balística Nível IIIA (NIJ 0101.08 / 0101.06)	MC BRASIL IMPORTADORA E COMÉRCIO LTDA	R\$ 23.800,00
1	Maleta Balística Nível IIIA (NIJ 0101.08 / 0101.06)	INBRA	R\$ 9.900,00
1	Maleta Balística Nível IIIA (NIJ 0101.08 / 0101.06)	PROTECOP	R\$ 8.871,56*
1	Maleta Balística Nível IIIA (NIJ 0101.08 / 0101.06)	PEMIER BODYARMOR	R\$ 7.990,88**

*\*Nota: O valor da empresa PROTECOP foi obtido mediante cotação internacional no montante de € 1.480,00 (mil quatrocentos e oitenta euros), convertido para a moeda nacional na data da pesquisa para fins de comparabilidade.*

*\*\*Nota: Para fins de balizamento de custos e verificação da compatibilidade dos preços nacionais com o mercado global, este equipamento é comercializado pelo valor unitário de US\$ 1,320.00 (mil trezentos e vinte dólares). Ressalta-se, contudo, que este montante refere-se ao valor de aquisição direta no exterior (Free on Board - FOB). Para fins de estimativa de contratação nacional, deve-se considerar o "Custo Brasil", que inclui tributos de importação (II, IPI, PIS/COFINS e ICMS), devendo ter um valor total estimado (NACIONALIZADO): R\$ 14.065,17.*

O valor estimado da contratação foi obtido mediante a **mediana** de preços de mercado de empresas do setor e atas de registros de preços de órgãos da administração pública federal, resultando valor unitário de **R\$ 9.429,74 (nove mil quatrocentos e vinte e nove reais e setenta e quatro centavos)**. O valor total estimado para aquisição de 6 (seis) unidades é de R\$ **56.578,44** (cinquenta e seis mil, quinhentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos).

Importa consignar que a estimativa do valor da contratação foi obtida conforme a utilização das cotações de preços dos diversos modelos presentes no mercado, sendo que os valores levantados estarão sujeitos à nova apuração e reanálise quando da devida precificação em Mapa Comparativo de Preços, conforme **INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021**.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A iminência da ocorrência do processo eleitoral de 2026, no qual a Polícia Federal atuará diretamente provendo segurança dos presidencialíveis, além da necessidade de manter a padronização da atuação dos Núcelos e Grupos de Segurança de Dignitários a nível nacional no âmbito deste Órgão em consonância com as questões doutrinárias de Segurança de Dignitários da Polícia Federal requerem que **o objeto não seja parcelado**.

Além disso, a negociação simultânea de todas as unidades irá gerar maior economia de escala ao passo que será possível negociar maior desconto por unidade.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O presente processo de aquisição não se encontra alicerçado em qualquer outra contratação.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação fundamenta-se no planejamento estratégico e operacional da Polícia Federal, guardando estrita consonância com as diretrizes de modernização e eficiência da instituição. O alinhamento estruturou-se nos seguintes eixos:

**1. Conformidade com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI)** O objeto está diretamente vinculado ao **Objetivo Institucional nº 9.7 (Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais)**, cujo foco é a modernização da gestão do patrimônio. Ao prover equipamentos de última geração, a instituição aperfeiçoa a utilização de seus recursos materiais para a proteção de vidas. Ademais, a contratação materializa a **Ação Estratégica nº 9.7.3 (Gestão de Compras)**, atuando na formalização de processos que buscam a racionalização das aquisições e o foco na economicidade, garantindo que o investimento público resulte no melhor retorno operacional.

**2. Implementação do Sistema Integrado de Proteção à Pessoa (SIPA)** A aquisição é um instrumento de execução da **Instrução Normativa nº 302/2025–DG/PF**, que institui o SIPA. O fornecimento de maletas balísticas de alta tecnologia é requisito essencial para o cumprimento dos níveis de segurança estabelecidos pelo normativo, especialmente no que tange às funções de segurança presidencial, de autoridades e de dignitários estrangeiros sob custódia deste órgão.

**3. Planejamento Operacional para o Pleito de 2026** A demanda integra o cronograma preparatório para as **Eleições Presidenciais de 2026**. O planejamento tático prevê o emprego de meios que garantam a proteção dos candidatos à Presidência da República em cenários de risco dinâmico e aglomeração, onde a discrição (uso dissimulado) e a mobilidade são fatores críticos de sucesso para a segurança aproximada.

**4. Fortalecimento e Padronização dos Grupos de Segurança (GSD)** A aquisição alinha-se ao plano de estruturação das 27 unidades de **Grupos de Segurança de Dignitários (GSD)** distribuídas nacionalmente. O objetivo é assegurar que os núcleos descentralizados disponham de equipamentos validados tecnicamente em ciclos anteriores e em simetria com os materiais utilizados por órgãos congêneres, como o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), reduzindo custos de treinamento e manutenção.

**5. Formalização no Planejamento de Contratações** A contratação encontra-se devidamente lastreada no planejamento anual do Órgão, com o registro formal no **Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC)**. A inclusão deste item no Plano de Contratações Anual (PCA) assegura que a despesa foi devidamente prevista e racionalizada, evitando a fragmentação de compras e garantindo a previsibilidade orçamentária necessária para o ciclo de investimentos da Polícia Federal.

Em suma, a solução proposta não se caracteriza como um evento isolado, mas como parte integrante de um ciclo planejado de modernização patrimonial e responsabilidade fiscal, assegurando a prontidão operacional e a salvaguarda da imagem institucional.

A pretendida aquisição vai ao encontro das diretrizes traçadas no **Plano Estratégico da Polícia Federal 2024-2027**<sup>[2]</sup> contribuindo para que se atinjam os seguintes objetivos estratégicos:

1. Enfrentar a criminalidade com eficiência;
2. Servir à sociedade com excelência e transparência;
3. Transformar a PF em uma instituição orientada pela estratégia e governança; e
4. Formar a polícia do futuro, moderna e inovadora.
5. Portanto, pelo que se expõe por ora, a aquisição pretendida abrange vários aspectos de funcionalidade e estratégia do Órgão.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição das maletas balísticas proporcionará benefícios estratégicos e operacionais para a Polícia Federal, destacando-se:

- **Consolidação Doutrinária do SIPA:** Fortalecimento da aplicação prática da doutrina de Segurança de Dignitários, em estrita conformidade com a Instrução Normativa nº 302/2025–DG/PF. A utilização de equipamentos validados permite a evolução dos protocolos do Sistema Integrado de Proteção à Pessoa (SIPA).
- **Incremento da Proteção no Pleito de 2026:** Aumento imediato da segurança oferecida aos candidatos à Presidência da República e demais autoridades sob custódia da PF durante as Eleições de 2026. O uso de tecnologia de ponta garante uma barreira balística móvel e dissimulada em cenários de alta complexidade e aglomeração.



- **Padronização e Interoperabilidade:** Alinhamento tecnológico com órgãos congêneres, como o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), facilitando a atuação em conjunto em eventos de coordenação mista e garantindo que a PF utilize o que há de mais moderno no mercado mundial.
- **Capilaridade Operacional:** Expansão da capacidade de resposta dos Núcleos de Segurança de Dignitários (NSD) distribuídos nas Superintendências Regionais, assegurando que o padrão de proteção seja uniforme em todo o território nacional, independentemente da localidade da missão.
- **Eficiência e Redução de Riscos:** Adoção de equipamentos com ergonomia superior (baixo peso e rapidez de acionamento), o que reduz a fadiga dos operadores em missões de longa duração e minimiza o tempo de resposta em situações de crise (P-R-R: Proteger, Retirar e Reagir).
- **Modernização do Patrimônio Institucional:** Atualização do inventário com materiais de alta durabilidade e tecnologia flexível, otimizando o emprego dos recursos materiais e garantindo a prontidão da instituição para os desafios de segurança aproximada no cenário atual.

### 13. Providências a serem Adotadas

Formalização nos autos da precificação dos insumos no mercado, com vistas a demonstrar a vantajosidade da contratação e a compatibilidade de preço do item a ser adquirido frente ao mercado; confecção de Termo de Referência para proporcionar parâmetro para prosseguimento da contratação; e remessa dos autos para apreciação das instâncias superiores deste Órgão e para os setores de controle interno e externo.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição das malas de proteção balística apresenta impacto ambiental insignificante, fundamentado nos seguintes pontos:

- **Natureza dos Materiais:** O equipamento é composto por materiais sólidos e inertes (como polietileno de ultra alto peso molecular e aramida), revestidos por tecidos sintéticos resistentes. Estes componentes não emanam gases, odores ou substâncias tóxicas durante o seu armazenamento ou manuseio operacional.
- **Baixo Volume de Resíduos:** Tratando-se de uma contratação de quantitativo reduzido (10 unidades), a geração de resíduos de embalagens (papelão e plásticos) é mínima, sendo estes passíveis de destinação via sistemas de coleta seletiva e reciclagem já existentes nas unidades da Polícia Federal.
- **Ausência de Poluentes em Uso:** Durante seu ciclo de vida, o equipamento não requer o uso de baterias, combustíveis ou lubrificantes, eliminando qualquer risco de vazamento ou contaminação do meio ambiente durante as missões de segurança de dignitários.
- **Ciclo de Descarte e Logística Reversa:** Ao final da vida útil (vencimento da validade balística), o material é classificado como Produto Controlado (PCE). Por questões de segurança e normas ambientais, o descarte deve seguir rito próprio de destruição ou descaracterização por empresa especializada, garantindo que os resíduos balísticos recebam destinação final adequada, evitando o descarte indevido em aterros sanitários comuns.

Portanto, a contratação cumpre os requisitos de sustentabilidade, não demandando medidas mitigadoras complexas ou planos de manejo ambiental específicos.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A viabilidade da presente aquisição fundamenta-se nos seguintes pontos:

- **Disponibilidade e Maturidade de Mercado:** O levantamento de mercado demonstrou a existência de múltiplos fabricantes, nacionais e internacionais, capazes de fornecer o equipamento com as especificações exigidas. A existência de atas de registro de preços vigentes em órgãos congêneres (como o GSI/PR) reforça que o item é comercialmente acessível e possui parâmetros de preço bem definidos.
- **Sucesso Operacional Prévio:** A experiência com as unidades adquiridas em 2022 serviu como "projeto-piloto" bem-sucedido, validando a eficácia das pastas balísticas na doutrina de proteção de autoridades. Não se trata, portanto, de uma aposta em tecnologia incerta, mas da expansão de uma solução de eficácia comprovada.
- **Conformidade Normativa e Estratégica:** A contratação é o meio necessário para o cumprimento da Instrução Normativa nº 302/2025–DG/PF (SIPA) e está devidamente alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional, garantindo a proteção de candidatos no Pleito Eleitoral de 2026.
- **Racionalidade Econômica:** declara-se a viabilidade técnica e econômica da contratação de 06 unidades via dispensa de licitação, por ser a solução que melhor concilia a necessidade operacional urgente da DPP/PF com a eficiência administrativa e os limites legais de gasto para compra direta.
- **Inexistência de Impactos Adversos:** O objeto é de baixo impacto ambiental, não requer infraestrutura complexa para armazenamento e possui baixo custo de manutenção, o que simplifica sua integração ao patrimônio do órgão.

Diante do exposto, conclui-se que a aquisição é a solução que melhor atende ao interesse público, garantindo o incremento da segurança das autoridades sob custódia e a modernização operacional da instituição.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**BRUNO DE CARVALHO BARROS**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 26/03/2026 às 14:56:29.*

**ANTONIO GUSTAVO FARIA LIMA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 26/03/2026 às 15:21:11.*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE CONTRATOS - DICON/CLC/CGAD/DLOG/PF

**MINUTA DE CONTRATO**

Processo nº 08200.004476/2026-12

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA  
POLÍCIA FEDERAL E .....

A União, por intermédio do(a) [órgão contratante], com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de 6 (seis) unidades de Maletas de Proteção Balística de nível de proteção IIIA, conforme NIJ 0101.08 ou NIJ 0101.06, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Maletas de Proteção Balística de nível de proteção IIIA, conforme NIJ 0101.08 ou NIJ 0101.06.	398266	Unidade	6	R\$ 9.429,74	R\$ 56.578,44
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Aviso de Dispensa Eletrônica

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de xxxx meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente

protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 5 (cinco);

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados

pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade

contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I - Gestão/unidade: [...];
- II - Fonte de recursos: [...];
- III - Programa de trabalho: [...];
- IV - Elemento de despesa: 449052 e
- V - Plano interno: [...]; e
- VI - Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

---

Representante legal do CONTRATANTE



---

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Documento assinado eletronicamente por **MICHELE MARCIA DE SANTANA BARBOSA**, **Agente Administrativo(a)**, em 15/05/2026, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=146119591&crc=A89F1F12](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=146119591&crc=A89F1F12).  
Código verificador: **146119591** e Código CRC: **A89F1F12**.